

EDUARDO CAETANO DE SOUSA

CRÓNICA POR RUAS E PRAÇAS DO PODER

DE LISBOA A HONG KONG

SliVros.pt

EDUARDO CAETANO DE SOUSA

CRÓNICA POR RUAS E PRAÇAS DO PODER

DE LISBOA A HONG KONG

SliVros.pt

EDUARDO CAETANO DE SOUSA

CRÓNICA POR RUAS E PRAÇAS DO PODER

DE LISBOA A HONG KONG

SliVros.pt



Slivros.pt

Crónica por ruas e praças do poder – de Lisboa a Hong Kong

Eduardo Caetano de Sousa

© Eduardo Caetano de Sousa, 2020. Todos os direitos reservados.

O conteúdo deste livro – textos, ilustrações e imagens – é da inteira responsabilidade do autor.

Impressão e acabamento: Liberis – Print on demand

1.ª Edição: Novembro de 2020

ISBN [Edição Impressa]: 978-989-782-185-1

ISBN [Edição Digital]: 978-989-782-186-8

Depósito Legal N.º 475261/20

5livros.pt

Rua da Boavista, 719, 1.º T

4050-110 Porto

Telef.: 222 038 145

Tlm: 919 455 444

www.5livros.pt

info@5livros.pt

Índice

Introdução	11
I – A crónica em modo de ensaio justificativo	11
II – O magnetismo da centralidade do poder	13
III – As cidades	19
IV – O condomínio do poder (espaço-lugar-organização)	26
V – Reflexões e democracia	30
 Apostar tudo em Petrogrado (à volta da Avenida Nevski)	35
Da Guerra a Petrogrado	38
Paragem em Petrogrado	41
Ruas e Avenidas da convulsão	45
 Chegados a Lisboa	55
A insurreição armada de 4 e 5 de outubro de 1910 (O fim da monarquia portuguesa)	63
O pronunciamento militar de 28 de Maio de 1926	75
O 25 de Abril de 1974	83
Nas Caldas a pensar em Lisboa (16 de março)	86
De novo na Praça do Comércio e no Largo do Carmo	87
 Maio em Buenos Aires (O sobressalto do Drama, da Memória e da Justiça)	97
 A Avenida Bolívar	113

Tiananmen e a «Longa Marcha» para o futuro	127
A Longa Marcha em trajetória pela «Praça de Hong Kong».....	143
Praças em tons de primavera.....	153
Tahrir e as cores da democracia	153
A Praça do 22 de fevereiro (O caminho faz-se caminhando na Argélia)	167
O olhar de Maidan	173
Um pouco da história	174
A Praça da Independência e a «Revolução de Granito».....	178
A Praça em tons de laranja	180
De novo na Praça em 2014.....	184
As Ruas e Praças do «medo»	191
Concluindo	193
Notas	197
Imagens	207
Referências Bibliográficas	215
Lista de Ilustrações	221

Para a Ana Paula e Eduardo Miguel

O meu agradecimento aos amigos António Rosa, João Gonçalves, Serras Simões e Augusto Gonçalves, que leram e comentaram partes do livro. Muito contribuíram com os seus conhecimentos e conselhos. Também a Mário Silva, Jorge Cordeiro e José Pereira pelo apoio na divulgação.

Uma palavra de especial agradecimento à Direção de História e Cultura Militar do Exército e à Biblioteca do Exército.

Introdução

I – A crónica em modo de ensaio justificativo

Existem algumas Ruas e Praças que são muito especiais. Em todos os continentes, no hemisfério norte e no sul; no oriente e no ocidente. Espaços reais que todos conhecemos ou lemos de alguma forma, que fazem parte da nossa imaginação, mas que pouca reflexão nos merecem na sua verdadeira influência, tão absorvidos estamos na nossa «correria diária». E no entanto, constatamos por vezes, de forma surpreendente, a existência de uma «apropriação» dos mesmos. Estas Ruas e Praças acabam por desenhar áreas de presença na política global, que nos deixam atónitos, quando confrontados pela magnitude da sua influência. Muitos destes lugares vão até mais longe, e inscrevem-se «além-fronteiras», tal a importância dos acontecimentos que por lá se desenrolaram. São algumas destas áreas urbanas com contornos bem definidos, que ganham vida por si próprias, construindo um estatuto determinante na geopolítica regional, que em jeito de crónica «tranquila» iremos partilhar. Esta singularidade, que à partida pode parecer inócua e vazia, leva-nos a determinados «compartimentos» geográficos

urbanos e de representação do espaço público, em momentos muito próprios da história soberana de alguns Estados. Uma cartografia urbana de sentido multitudinário não acontece do nada, nem é geradora de efeitos imediatos, desfasada de causas temporais definidas. Tem origem e está associada a acontecimentos e retratos históricos determinados, de pessoas e ideias, e baseada em construções sociais e políticas. Foi assim no passado, e em muitas circunstâncias é-o no presente, ainda que com outros enquadramentos e contornos.

Nesta interação é adequado termos sempre presente, o que são os traços construtivos da organização política e social da sociedade e, as dinâmicas que se expressam na sua base, que por norma são proporcionadas pelos seus cidadãos. Em simultâneo, ter a perfeita noção de que todos os pilares desta construção terão traços diferenciadores e elementos geradores de controvérsia. Os movimentos de ideias sociais e políticas e mesmo outras tipologias de ações ou contestações, que percorrem a utilização destes espaços, produzem naturalmente diversas leituras e ângulos de análise, e acabam por fixar no tempo uma matriz identitária urbana.

O nosso foco é relevar a importância de determinados espaços, e das «disputas», que por norma se situam na geometria das grandes cidades. A concentração e a mobilização de pessoas são quase sempre fenómenos tipicamente urbanos. É aqui que estes acontecimentos detêm e exercem a sua «morada fiscal». Mas não queremos entrar despudoradamente na sua casa. Essa é tarefa da história, dos historiadores e sociólogos, dos urbanistas, antropólogos e saberes de outros «arquitetos do pensamento». Queremos apenas perceber e «viajar» nesta crónica por algumas dessas Ruas e Praças que dão acesso ao Poder. Naturalmente não se dispensando o inevitável enquadramento

histórico e político, numa base factual, que permita assim, uma melhor perceção e entendimento da realidade.

Não se propõe também aqui edificar um axioma matemático formalizado, um grafismo económico historicista e redentor ou mesmo uma ideia sociológica determinante e única; tão só deixar uma reflexão enquadrada e objetiva. Deixemos por agora Lorenzo González concetualizar o tema, quando aponta para a exegese da territorialidade urbana¹: *«(...) entre as necessidades e as possibilidades de representação apresenta-se um dilema, ou ao menos uma tensão: em primeiro lugar, a necessidade de aparência requer a criação de um meio carregado de conotações e formalidades de espaço público, de metáforas da estrutura social em que “a espontaneidade da ação política possa surgir e as pessoas possam sentir seu poder coletivo” (Jencks, 1987, p.7) para que se realize as funções de orgulho cívico, memória, participação política e representação social. Historicamente, isso tem tido lugar nas ágoras, pórticos, foros, praças e boulevards; espaços física e socialmente determinados (...)»*.

II – O magnetismo da centralidade do poder

O exercício do poder na estrutura social burocrática do Estado, depende em larga medida da organização estrutural da sociedade. A conceção «weberiana» do conceito do poder, ou as análises epistemológicas dos muitos cientistas políticos que estudaram estes fenómenos são inúmeras e diversificadas. Desde Aristóteles a Platão, passando por Zaratustra, Nicolau Maquiavel, Montesquieu, Clausewitz, Marx, Friedrich Nietzsche, Raymond Aron, Bertrand Russel, Hans Morgenthau, Karl Popper, Kenneth Galbraith, Eduardo Lourenço, entre

tantos outros, levam-nos a perceber como o poder se posiciona em permanência no domínio da imposição da vontade de uns, sobre os comportamentos de outrem, entendido este axioma em sentido lato. Esta possibilidade de imposição pode ser, evidentemente extrapolada, para diferentes níveis de abordagem, de patamares de análise e de áreas de abrangência, até ao domínio interno ou externo da política, das organizações e dos Estados. Moisés Naím discorre sobre a nova realidade do poder, num crescendo da sua atenuação nas grandes organizações gestoras do mesmo, perante os cidadãos em geral. É possível que esta asserção, seja uma representação verdadeira e atual do ciclo de construção e manutenção deste mesmo exercício do poder. Apesar de tudo, quando a tendência é para o reducionismo, a centralidade do poder, reforça-se em última instância. Ainda assim, Naím não deixa de relevar a importância e o desempenho generalista do poder e, a sua capacidade de atuar em todos os domínios da sociedade.

«O poder atua em qualquer campo onde exista luta, competição ou organização: política internacional e guerra, política doméstica e negócios, investigação científica, religião, ação social como a filantropia e o ativismo, e todos os tipos de relações sociais e culturaisⁱⁱ».

Nos dias de hoje, na plenitude da – designemos assim para simplificar –, «Geração G» das novas tecnologias, teoricamente o poder pode estar centralizado em qualquer lugar. Mas na prática será que é rigorosamente assim? O avassalador crescimento das tecnologias de multi-informação, da expansão vertiginosa do espaço cibernético, da robótica, da «Internet das coisas» e da digitalização avançada, coloca enfaticamente a

questão, da maior ou menor apropriação da aquiescência do poder e da sua centralidade. O cidadão ou o conjunto dos mesmos têm agora, mais ou menos poder efetivo? O Estado e as organizações têm maior ou menor capacidade, no que respeita à concretização dos seus objetivos?

A gestão global dos interesses individuais e coletivos é efetivamente mais permeável e escrutinada. Todos nós sentimos isso no nosso dia a dia. Os políticos ocidentais que o digam. Por outro lado, a expansão mais vertiginosa dos fenómenos atuais e a essência dos seus efeitos reais, não permite a cada um, senão aquilo a que designamos por vezes de um «first view», a merecer ou não, um generoso «like» no espaço de rede social. No entanto, e voltando a Moisés Naím: «(...) *o poder já não compra tanto quanto no passado. No século XXI, é mais fácil obter o poder, mas mais difícil usá-lo – e é mais fácil perdê-loⁱⁱⁱ*». Os fenómenos de «partilha» e da «sociedade aberta» podem ser mais mediatizados e interativos, sem dúvida, mas deixarão, de igual forma, um espaço onde a centralidade das decisões tenderão a protagonizar modelos de resposta necessariamente mais céleres e objetivos. Os poderes políticos e das organizações estarão provavelmente em modo permanente de adaptação, mas o sentido da eficiência e da eficácia terão sempre de ser garantidos, porque a sociedade exige cada vez mais respostas imediatas. Por isso, o espaço do *cidadão G* é mais absorvente e conhecedor. A própria comunicação social é também ela, uma gestora turbulenta «*dos tsunamis informativos*». É neste «carrossel» de participação dos cidadãos e da sua representação, que se projetam as sombras e as realidades das pessoas em geral. Recordemos por exemplo as contínuas e empolgadas transmissões televisivas em direto e quase porta a porta, das confrontações nas ruas centrais de Barcelona, em outubro

de 2019, opondo a polícia aos manifestantes independentistas.

Mas façamos agora a ligação ao espaço geocêntrico das Ruas e das Praças do Poder. Os modelos de intervenção na sociedade dependem ao longo dos séculos, das disputas e dos anseios gerados pelos componentes principais dessa mesma sociedade. Estes expressam-se pela vontade e pelos interesses de grupos sociais organizados, partidos e organizações políticas, empresas e sindicatos, sociedades privadas, populações com elos específicos de interesse, atividades religiosas, movimentos cívicos e culturais; e de ações protagonizadas pelo próprio Estado ou corporações do mesmo, ou ainda de oposição generalizada ou parcial ao sistema vigente de poder. São as motivações intrínsecas e complementares das pessoas, em conjunto, organizadas ou não, que procuram exercer a sua vontade, naquilo que é o seu espaço real de intervenção ou de demonstração. São por isso, as Ruas e Praças, tantas vezes, o elo determinante destas ações vinculativas. Um vazio de poder, favorece e impulsiona por norma estas ações. O estádio normal dos modelos de análise e participação, convém ressaltar, deveriam em boa razão ter sempre como modelo axiológico a democracia, tendo como conteúdos de referência: o «Estado de Direito», as liberdades e garantias individuais de participação e intervenção, assentes num pressuposto base e irrecusável de pluralismo. Não sendo assim, em muitos casos, como bem sabemos, tal facto não será impeditivo, pelo contrário, da análise evocativa dos respetivos enquadramentos sociais e históricos.

A fundamentação das motivações dos cidadãos, a sua origem e os modelos de expressar os interesses envolvidos é que podem ter patamares de demonstração diferenciados. As tecnologias de informação, a Internet e os telemóveis pessoais, possibilitam maior abrangência do fator informação e do tempo

de reação aos fenómenos, mas não garantem per si, a objetividade, o conhecimento e satisfação dos problemas gerados. No entanto a sua dinâmica construtiva é um fator importante e acelerador dos processos de demonstração das vontades que se espalham nas ruas e praças como veremos. A revolução da Praça Tahrir no Egito teria o impacto que teve, sem esta componente dos tempos atuais? A revolta continuada dos cidadãos de Hong Kong, as confrontações em Barcelona no outono de 2019, ou ainda dos «coletes amarelos» em Paris, produziriam de igual forma, os resultados mediáticos obtidos nas ruas destas metrópoles? E a amplitude do movimento popular rural que invadiu a cidade de Quito no Equador em outubro de 2019, seria tão efetiva e precisa? Movimento que do interior para a cidade, obrigou mesmo o governo e o presidente a refugiarem-se fora da capital. Foram invadidas praças e ruas em Quito, numa espiral de desafio e revolta, assumindo o controlo da centralidade urbana do poder, remetendo o poder governativo para um espaço de lateralidade. Também na América do Sul, em finais de 2019, assistimos às violentas confrontações nas ruas e locais públicos: de Santiago do Chile à Bolívia e Colômbia, numa espiral de desordem inicialmente contra aumentos de tarifas de transporte, e outras medidas de natureza similar, ou mesmo evoluindo para a contestação direta contra o poder em exercício. Esta tipologia de fenómenos recentes, por norma populistas e globalmente anárquicos, protagonizados muitas vezes por jovens, resulta em muito da capacidade de mobilização nas redes sociais e vem criar modelos diferenciados de apropriação de espaços públicos e privados nas cidades.

O poder está efetivamente em todo lado, nas nossas relações, nos nossos interesses e objetivos. Mas este é um poder gerido com as ferramentas que a sociedade dispõe em cada altura, em

cada momento. Estas como sabemos, foram sempre evoluindo e adaptadas aos vários momentos históricos. As de hoje, são as ferramentas das tecnologias de informação, do espaço digital e do *cidadão G*, do século XXI. Mas será que a centralidade da sua ação e os objetivos a atingir, diferem muito dos anseios e objetivos do passado? A escolha do espaço de confronto é ainda um elemento estruturante no pensamento das organizações e dos cidadãos em geral? São muitas as interrogações que se podem colocar e os desafios que se deixam ao leitor. O Terreiro do Paço em Lisboa, em si próprio, é ainda um espaço decisivo e notório para os desafios colocados pelos cidadãos ou pelas estruturas do poder central? Ou passou apenas a desempenhar a função de espaço multifuncional, sem nenhuma apropriação simbólica do mesmo; apenas um local de passagem e de lazer para turistas ocasionais? Até mesmo as principais comemorações de atos oficiais de nível nacional foram transferidas para regiões do interior do país, ou outras cidades, em modelo de descentralização partilhado e com assumida menor dimensão mediática.

O fator centralidade é na estrutura organizacional das sociedades, um valor determinante. O elemento decisório, ou a capacidade para exercer a decisão, surge por norma, como uma prerrogativa do poder dito central. *«O centro é um espaço que devido às características da sua ocupação, permite uma coordenação das atividades urbanas, uma identificação simbólica e ordenada destas atividades e, por conseguinte, a criação das condições necessárias à comunicação entre atores^{iv}»*. Declarar intenções e adiar decisões (cada vez mais frequente) é muitas vezes, decidir pela omissão gerindo o tempo, e constitui uma ferramenta facilitadora da gestão política moderna. É uma condição aceite, que o foco na Rua e nas Praças pode conduzir à

diminuição efetiva do poder centralizado e, inúmeras vezes, à própria perda das condições do exercício do mesmo. É este magnetismo, esta possibilidade, que permite ter a percepção que centralidade e poder estão em sintonia. As grandes manifestações da «Revolução Laranja» na Praça da Independência em Kiev, por exemplo, conduziram diretamente pela sua resiliência, à queda do governo e a mudanças radicais no próprio regime da Ucrânia; o mesmo sucedeu na Praça Tahrir no Egito. A formação de acontecimentos deste tipo são genericamente mecanismos de poder com capacidade de atração ou repulsa. É focados na perspetiva da dinâmica de utilização de espaços privilegiados, como são certas Praças e Ruas, que somos conduzidos mais diretamente ao que descrevemos, como o magnetismo da centralidade do exercício do poder.

III – As cidades

Tem-se tornado muito comum, e politicamente oportuno, ouvir falar na descentralização/regionalização do poder central. Descentralizar, diversificar e partilhar são elementos essenciais da fenomenologia democrática e participativa dos cidadãos nos dias de hoje. Este balanço, essencial aos programas de desenvolvimento harmonioso dos Estados, é sempre a «pedra filosofal» nos programas de gestão política administrativa. E na verdade, um tema cada vez mais pertinente. Este ponto vem para esta prosa, agora, porque percebemos facilmente, tal como Naisbitt relembra que: «*Historicamente, as cidades têm sido os centros de poder e os motores da mudança*»^v. Porque as Ruas e Praças escrutinadas estão em boa razão na cidade, onde o poder é incontornável. Perspetiva-se quase como que um

olhar maquievélico para esta realidade. Mas a realidade, não é o que nós queremos. A ligação entre a cidade e os espaços públicos é o elo identificador de qualquer análise, e que podemos perceber na vertente do pensamento científico urbano, aqui dado pela descrição de Fernando Carrión:

«(...) la ciudad es el espacio que tiene la densidad de heterogeneidad más alta posible o, más aún, que es la construcción social con la mayor diversidad. Actualmente estas definiciones tienen más sentido, vigencia y significado gracias al cambio que introduce la globalización en la democracia: el paso del respeto a la igualdad por el de la diferencia. Este punto de partida es importante porque si la ciudad es el espacio que concentra la heterogeneidad social de un grupo poblacional grande y denso, se requieren espacios de encuentro y de contacto, tangibles (plazas) o intangibles (imaginarios), que permitan a los diversos reconstruir la unidad en la diversidad (la ciudad) y definir la ciudadanía (democracia). Esos lugares son justamente los espacios públicos(...)El espacio público es una forma de representación de la colectividad y también un elemento que define la vida colectiva. En esa perspectiva, el espacio público es el espacio de la pedagogía de la alteridad porque posibilita el encuentro de las manifestaciones heterogéneas, potenciar el contacto social y generar identidad, por tanto, es un espacio histórico, un espacio con historia^{vi}».

As cidades enquadram em determinados períodos da sua existência, espaços urbanos circunscritos, que são autênticos territórios da política, entendida esta no seu sentido mais geral.

Muitos destes territórios são alocados por tradição, por localização ou afeto histórico, a determinados conjuntos de pessoas, grupos, ou associações que neles se reveem. Estes territórios de natureza mais delimitada e tantas vezes estrategicamente localizados, confluem em espaços de maiores dimensões urbanas, como as Ruas e Praças, urbanisticamente adequadas e transformadas em verdadeiras «*ágoras da cidade*». Os espaços urbanos que falamos, de territorialidade diferenciada e propensos a reuniões públicas ou demonstrações de caráter multitudinárias, são ou podem ser em simultâneo, áreas de lazer, de cultura ou desporto, ou mesmo complementares da natureza circulatória e viária. Como observa Elsa Peralta: «*Lugar-fétiche da modernidade, a cidade torna-se um espaço retrospectivamente definido com base nas ideologias sacralizadoras dos passados regionais ou nacionais, enquanto, simultaneamente, se presentifica como o lugar de avant-garde do progresso científico e tecnológico, da indústria e do consumo*»^{vii}.

A incidência focalizada em algumas Ruas e Praças que se distinguiram num determinado espaço geográfico, pela importância social e política reconhecida, ao longo de anos e mesmo de décadas, conduz necessariamente a invocar a *Cidade* ou seja o espaço urbano maior onde se inserem. As cidades em causa são por norma as capitais, as maiores cidades, as de maior projeção onde se localizam os condomínios do poder e da decisão aos mais diversos níveis.

Abordaremos algumas destas cidades, ilustradas em tempos e circunstâncias diferentes, como: Petrogrado, Kiev, Lisboa, Buenos Aires ou Caracas, Pequim, Hong Kong, Cairo, Argel, e dezenas de outras poderiam ser aqui igualmente protagonistas. Poderíamos montar um eloquente silogismo ou um qualquer nexo de mimetismo, mas não absolutamente verificável, logo

muito falível, e dizer que a alma destas cidades é a alma de toda uma nação. Mas nem sempre, como sabemos, é assim. Será que a alma de toda a Espanha é Madrid? O coração de todo o Brasil está em Brasília? Ou a alma de Itália se revê em torno de Roma? Ou ainda da Bósnia em Sarajevo? Existe na verdade em muitos destes espaços icônicos de Ruas e Praças, uma grande componente histórica, de verdadeiro simbolismo duradouro, onde o poder por norma se discute e, outras tantas vezes se torna arrebatador. É este paradigma que conduz ao conceito da apropriação simbólica do espaço. Outras existem, como Jerusalém, onde o acentuado simbolismo místico que representa, é muito mais discutido acaloradamente no exterior do próprio Estado de Israel, e um pouco por todo o mundo, que propriamente na endogenia das suas Praças ou Ruas; «*Toda a gente tem duas cidades, aquela onde nasceu e Jerusalém*», como dizia Teddy Kollek.

As cidades e as regiões metropolitanas associadas são cada vez mais protagonistas no desenvolvimento dos países e das regiões. Nelas tudo se concentra de forma avassaladora e em crescendo. Estas aglomerações urbanas são transversais a todos os continentes, a países mais desenvolvidos, mas também aos Estados mais débeis. Serão muitas as cidades com várias dezenas de milhões de habitantes em 2100, em especial na Ásia, África e América do Sul. O grande boom de megacidades está pronto a florescer por toda a China e Índia, onde o aumento populacional e urbano é acompanhado do crescimento do PIB e de um acentuado desenvolvimento económico. A China rural começa a ser uma realidade do passado. A China de Xangai é o presente.

Mas na nossa reflexão, abordaremos genericamente algumas cidades tendo como referência especial os séculos XX e